

A produção do professor do atendimento educacional especializado para alunos surdos

Ana Cláudia Ramos Cardoso¹
Adriana da Silva Thoma²

Resumo

O presente trabalho trata sobre a produção do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a inclusão escolar dos alunos surdos, estes considerados pelos discursos oficiais como parte das categorias a quem se destina a educação especial. Temos como objetivo analisar como se constitui o professor do AEE pelos discursos que circulam em cursos de formação à distância, promovidos pelo Ministério de Educação (MEC). Para isto, selecionamos dois materiais utilizados em dois cursos. Aproximamo-nos do pensamento do filósofo Michel Foucault, principalmente da noção de governamentalidade para discutirmos de que forma cursos de formação para a inclusão governam as condutas de professores em cursos à distância. Esta modalidade de ensino configura-se em um meio eficiente e produtivo de circulação de discursos sobre o papel deste professor, por ser uma formação em larga escala. Percebemos a produção de um professor articulador de ações na escola que garantam o direito de alunos surdos aprenderem, pela valorização da sua diferença, gerenciando os riscos da exclusão, de práticas não adequadas, de atitudes discriminatórias, bem como do desperdício de investimentos públicos.

Palavras-chave: educação de surdos – educação inclusiva – atendimento educacional especializado – formação de professores

The teacher production for specialized educational attendance for deaf students

Abstract

This paper focuses on the teacher production for specialized educational attendance (SEA) for school inclusion of deaf students, which are considered by official discourses as part of the categories to whom a special education is offered. We aim to analyze how is constituted the

¹ Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora de surdos da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

² Professora do Departamento de Estudos Especializados e do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Linha de Pesquisa Estudos Culturais em Educação.

teacher of the SEA by the discourses circulating in distance learning courses, promoted by the Ministry of Education (MEC). We selected to analyze two materials used in courses. We are approaching the thought of the philosopher Michel Foucault, especially the notion of governmentality to discuss how training courses for inclusion govern the conduct of teachers in distance learning courses. This kind of education sets in an efficient and productive means of circulation of discourses on the role of teacher, for being a large-scale training. We realize the production of an articulating teacher of actions in school to guarantee the right of deaf students learn, by valuing their differences, managing the risks of exclusion, of inappropriate practices and of discriminatory attitudes, as well as the waste of public investments .

Keywords: deaf education, inclusive education, specialized education, teacher training

[...] o ato educativo relativo ao contexto da escola para o aluno com surdez [...] *precisa ser redirecionado, construindo novas e infinitas possibilidades* que levem este aluno a uma aprendizagem contextualizada e significativa.

[...] *busca de mudanças* sociais, culturais e filosóficas. Uma *ruptura* de fronteiras para as infinitas possibilidades humanas (ALVES, et. all., 2010, p. 06 - grifos nossos).

[...] torna-se *urgente repensar* a educação escolar dos alunos com surdez

[...] *propósito de mudanças* no ambiente escolar e nas práticas sociais/institucionais para promover a participação e a aprendizagem dos alunos com surdez na escola (ALVES, et. all., 2010, p. 08 - grifos nossos).

A ideia de transformação nas práticas escolares para promover a inclusão dos alunos considerados, historicamente, excluídos das escolas regulares – entre eles os surdos -, é recorrente nos discursos³ sobre a inclusão escolar na atualidade, conforme mostram os excertos acima. Atentas a esta ideia de redimensionamento das práticas escolares, neste artigo nos perguntamos: como o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é produzido pelos discursos oficiais que tratam da inclusão de alunos surdos nas escolas regulares? Nossa intenção é problematizar como se constitui o professor do AEE pelos discursos que circulam em cursos de formação à distância, promovidos pelo Ministério de Educação (MEC).

³ Usamos o termo “discurso” a partir do pensamento do filósofo Michel Foucault para quem discurso é prática; discursos constituem a realidade, produzem relações de poder e saber que formam os objetos de que falam. Os sujeitos produzem discursos e são produzidos por eles.

Selecionamos como materialidade de análise dois fascículos usados em dois cursos de formação⁴ de professores para o AEE nas escolas regulares: 1) texto intitulado *Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos*⁵, do curso de mesmo nome, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); 2) fascículo *Abordagem Bilingue na Escolarização de Pessoas com Surdez*, da coleção *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar*, usado no *Curso de Especialização em Formação Continuada para Professores para o Atendimento Educacional Especializado*, promovido pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Estes cursos fazem parte de programas que o MEC vem implementando para efetivar a inclusão escolar⁶. O programa *Formação Continuada de Professores na Educação Especial*, visa apoiar a formação continuada de professores para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais e demais professores da escola comum, dentro da perspectiva da inclusão escolar. Para a viabilização deste objetivo, o MEC fez parceria com Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), que organizam os cursos e oferecem aos professores das redes públicas do país, procurando atingir o maior número possível de docentes. São oferecidos cursos de especialização, aperfeiçoamento ou extensão, na modalidade à distância, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e presenciais e semipresenciais pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica – RENAFOR⁷. Nestes materiais é possível perceber enunciados que vão desenhando modos de ser e de agir do professor da educação especial, campo em que estão inseridas as discussões sobre a educação de surdos pelos textos oficiais.

Nossas análises estão fundamentadas no pensamento de Michel Foucault e de autores que utilizam as ferramentas teórico-metodológicas desenvolvidas pelo professor-filósofo para pensar sobre a educação escolarizada na

⁴ Em ambos os cursos uma de nós foi aluna e a outra foi orientadora de Trabalho de Conclusão em um deles. Os dois aconteceram na modalidade a distância, através dos ambientes virtuais de aprendizagem Moodle e TelEduc.

⁵ Este texto é uma apresentação do curso, contendo informações sobre a proposta, objetivos, metodologia, estrutura, profissionais envolvidos e certificação. Articuladas a estas informações é possível perceber quais são as ações esperadas do profissional em formação quando em atuação nas Salas de Recursos Multifuncionais.

⁶ Alguns destes programas: *Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais; Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola; Educação Inclusiva: direito à diversidade; Programa Incluir; Escola Acessível e Formação Continuada de Professores na Educação Especial.*

⁷ Informações obtidas no Portal do MEC: www.portal.mec.gov.br

contemporaneidade. Usamos como ferramenta para operar nossas análises a noção de governamentalidade desenvolvida pelo autor, principalmente no curso *Segurança, Território e População* (2008), a qual nos ajuda a refletir sobre as práticas de condução das condutas da população, no âmbito do Estado. Tais práticas, que antes do século XVI eram exercidas pelas instituições religiosas, passam a ser exercidas no âmbito político. Desta forma, a condução das condutas das pessoas passa a ser objeto de uma razão de Estado. Este processo de tomada para si, pelo Estado, da condução da vida de uma população, é o que o autor chamou de governamentalização do Estado. Nas palavras do autor:

por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p. 144).

É neste sentido que exercitamos o nosso pensamento sobre os cursos a distância para formar professores para o AEE: como uma estratégia de governo⁸ inscrita em uma racionalidade inclusiva. Tal racionalidade atende a um projeto global que não está limitado aos espaços da escola, mas que, por meio dela, faz operar uma racionalidade que prevê a participação de todos em todas as instâncias sociais.

GOVERNANDO PROFESSORES EM CURSOS À DISTÂNCIA

Temos pensado na modalidade à distância como uma possibilidade de capturar um número bastante significativo de professores. A circulação de discursos, como os que nos propomos discutir neste trabalho, por meio de uma modalidade de ensino em larga escala, pode estar contribuindo para a naturalização de algumas verdades sobre inclusão escolar. Entre elas a de que basta estar na escola comum, sendo oferecidos alguns recursos de acessibilidades, para que os alunos surdos tenham a mesma oportunidade para aprender que os demais. Ou ainda que, com a convivência e conhecimento das diferenças humanas, na escola, atitudes discriminatórias sejam minimizadas.

⁸ Usamos o termo governo a partir do uso que Veiga-Neto propõe para se referir às ações que pretendem conduzir as ações alheias, ou seja, “a questão da ação ou ato de governar” (VEIGA-NETO, 2005, p. 20).

Cursos à distância que pretendem capacitar os professores que atuam ou irão atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais – professores do AEE – tem se proliferado, inclusive os promovidos pelo MEC. Cada vez mais vagas têm sido oferecidas aos professores de redes públicas, conforme um dos materiais:

No ano de 2010, mais dois projetos foram aprovados com o objetivo de capacitar 2.000 professores da rede pública de ensino regular do país (BRASIL, 2011, p. 07).

Será disponibilizado um número de 1000 vagas para professores da educação básica da rede pública de ensino de acordo com o levantamento da demanda local ou regional de cada estado (BRASIL, 2011, p. 16)

Já no curso de *Especialização em Atendimento Educacional Especializado, da UFC*, foram oferecidas 3.150 vagas a professores das redes públicas do país, entre os anos de 2010 e 2011. A abrangência de um mesmo curso à distância, em termos de números de professores-alunos, é significativamente maior do que a de um curso presencial. Desta forma as mesmas orientações são lançadas a professores de diferentes lugares do país ao mesmo tempo, dando conta de uma demanda de formação pelo crescente número de alunos surdos sendo matriculados na escola comum. Segundo os materiais

A inserção de pessoas surdas na rede regular de ensino tem avançado diariamente. Segundo dados do censo Escolar/2006 há registros de uma grande expansão na matrícula de alunos surdos no sistema regular de ensino. Em 2003, havia 665 alunos, em 2004 havia 974 alunos, em 2005 alcançou-se o patamar de 2.428 alunos, o que, segundo o MEC, representa um crescimento de 265% entre 2003 e 2005 (BRASIL, 2011, p.11)

Podemos observar que as ações do governo federal para a inclusão escolar produzem o efeito do aumento das matrículas de alunos surdos, ao mesmo tempo em que criam a demanda de professores capazes de trabalhar com estes alunos nas escolas comuns. Outro efeito disto é a crescente criação de vagas para habilitar professores para esta nova realidade das escolas. Aos professores cabe saber como atuar com estes alunos que estão chegando, em maior número nas escolas comuns. Garantir a sua permanência e aprendizagem neste espaço pressupõe conhecimento sobre esses alunos, suas

necessidades, dificuldades e possibilidades. Assim a governamentalidade inclusiva opera, na prevenção do risco de alunos surdos não serem atendidos adequadamente nas escolas, ao mesmo tempo em que previne o desperdício de investimentos públicos para que esses alunos permaneçam e aprendam na escola comum.

Na modalidade de educação à distância também é produzido um jeito de ser professor-aluno, definido por textos que se destinam a orientar as ações dos professores dentro do ambiente virtual de aprendizagem. Como se relacionar com os cursistas, tutores e supervisores, bem como com os conteúdos, são ações que necessitam de uma condução, mostrando modos de ser e de estar neste ambiente de aprendizagem que se configura como algo novo. Regras de comportamento são definidas para o bom aproveitamento e aprendizagem dos cursistas, como pontualidade na entrega das atividades, tempo dedicado aos estudos, frequência de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, enfim, ações que contemplam uma lógica da produtividade.

Não são apenas as condutas dos professores na sua prática profissional com os alunos surdos que são governadas. Também as suas ações dentro de uma formação à distância, que se estabelece em outros tempos e outros espaços de aprendizagem distintos da formação presencial. Cursos de formação à distância ressignificam o sentido atribuído à palavra formação. Se há pouco tempo estar em um espaço formativo significava fazer parte de um tempo e espaço comuns, hoje tais fronteiras vêm se deslocando. Novos jeitos de ser professor e aluno, de se relacionar e de produzir nestes novos tempos e espaços formativos vão se redefinindo, na esteira das demais mudanças urgentes nas escolas. Portanto, administrar de forma autônoma o tempo e as formas virtuais de interação com colegas, tutores e com o próprio conhecimento requer uma condução.

Com esta modalidade de aprendizagem que vem se consolidando cada vez mais, tem se reconfigurado experiências e acesso a diferentes realidades educacionais em um país tão diverso como o nosso. A convivência com professores de diferentes regiões do país em uma mesma turma de formação possibilita conhecer variadas realidades educacionais e formas de representação dos ditos alunos da educação especial. Assim, diferentes formas de atuação profissional, formas de pensar a educação, diferentes métodos e recursos, são compartilhadas com mais facilidade ao mesmo tempo em que ações pautadas em uma racionalidade inclusiva encontram campo fértil para transitarem. Isto porque um mesmo discurso atinge diferentes professores, de

diferentes regiões, ao mesmo tempo. Por meio destes recursos, as tramas da educação inclusiva capturam com mais sucesso e rapidez os professores para atuarem de forma coerente com as políticas de inclusão escolar.

GOVERNANDO OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Discursos sobre a inclusão de todos nos espaços sociais ganham cada vez mais visibilidade na contemporaneidade. Participar, atuar, aprender, acessar, consumir, entre outros, são imperativos aos quais todos devem se submeter, mesmo que em níveis diferentes. Isso se faz cada vez mais presente em nosso tempo, já que discursos de diferentes campos de saberes se articulam, impulsionando práticas inclusivas. A mídia, a medicina, a assistência social, o direito, a literatura, a estatística, a pedagogia, enfim, diferentes campos discursivos entram em jogo, multiplicando práticas discursivas⁹ que pretendem capturar a todos em prol do reconhecimento e valorização das diferenças. Portanto, vivemos num tempo em que ninguém pode estar de fora, e a exclusão de qualquer indivíduo é condenada como politicamente incorreta. Celebrar a diferença, festejar conquistas políticas de minorias, promover as mais variadas formas de participação do outro têm sido pautas de atitudes diárias nas diversas instâncias sociais.

A escola passa a ser um dos principais lugares em que as discussões sobre incluir e excluir, com suas respectivas conotações positiva e negativa, ganham espaço e argumentações. Isto por vários motivos, entre eles pelo fato dela se caracterizar, cada vez mais, como o espaço social pelo qual todos passam e, por isso, o lugar de circulação de praticamente todas as diferenças humanas produzidas pela nossa sociedade. Também pelo caráter de promover a aprendizagem não só de conteúdos formais – estes parecem ter cada vez menos destaque – como, principalmente, a aprendizagem de atitudes politicamente corretas para a vida coletiva. Neste contexto as práticas dos professores que atuam com os alunos *da* educação especial precisam ter coerência com as novas propostas inclusivas. Para tanto formação docente se faz necessário, espaço onde se governam suas condutas. Podemos perceber nos

⁹ Entendemos, por práticas discursivas, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2002, p. 136).

materiais analisados estas questões sendo evidenciada, quando da necessidade de

[...] deflagrar iniciativas no meio escolar pautadas no *reconhecimento e na valorização das diferenças*, que demonstrem a possibilidade da educação escolar inclusiva de pessoas com surdez na escola comum brasileira (ALVES, et. all., 2010, p. 09 - grifos nossos).

[...] os cursos de formação de professores devem sublinhar a necessidade *do reconhecimento e da compreensão da diferença* enquanto condição real a ser considerada nos processos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2011, p. 11 – grifos nossos).

Percebe-se, nestes excertos, a responsabilidade que o professor do AEE deve assumir para promover o reconhecimento e a valorização das diferenças para que alunos surdos possam aprender na escola inclusiva. Não basta mais apenas a sua participação, é necessário que ele também aprenda nesta escola. Cabe ao professor, que articula este serviço na escola comum, garantir que os demais alunos aprendam pelo convívio com os colegas surdos. Nesta perspectiva, podemos ver operando o governo pelo Estado das ações da população, gerenciando o risco da exclusão dos alunos *da* educação especial, entre eles os surdos, ao promover nas escolas atitudes que contribuirão com uma sociedade mais justa e igualitária. Assim o professor do AEE tem um duplo papel que se interliga: de um lado promover a aprendizagem do aluno surdo na escola comum, pelo reconhecimento e valorização da sua diferença e, de outro atuar no sentido de garantir que os ouvintes respeitem e aprendam com esta diferença evitando atitudes discriminatórias.

Nestes cursos são produzidos e circulam discursos que dizem respeito à constituição de uma subjetividade inclusiva. Por meio deles, professores vão sendo subjetivados a pôr em prática uma série de regras que desenham formas de agir de si mesmos: articulação com outros professores e serviços, metodologias de ensino, produção de um tipo específico de material que pretende eliminar as barreiras de aprendizagem dos alunos surdos, conhecimento e ensino da língua de sinais no espaço do AEE, entre outros.

Por estes discursos o professor do AEE faz parte da escola regular, participa e organiza o ensino articulado com os demais professores. É um professor especialista e ao mesmo tempo generalista, já que deve conhecer e

saber trabalhar com as especificidades de cada categoria do que tem se chamado de “público alvo da educação especial¹⁰”.

Hoje todos, não só os profissionais da educação, têm se dedicado a discutir e propor práticas inclusivas a todos os alunos categorizados como sendo *da* educação especial, entre eles os alunos surdos. A inclusão destes alunos não se constitui mais em projetos pontuais, de alguns profissionais e escolas que se dedicam a oferecer outras formas de atuação. Hoje a inclusão escolar é pensada, pelos discursos oficiais, como um direito de todos, sem exceção, e dever de gestores, professores, pais, órgãos públicos e organizações não governamentais, estes convocados a garantirem o direito que todos têm ao acesso, permanência e aprendizagem na escola comum. Neste sentido cabe aos professores do AEE promover práticas que garantam o direito à aprendizagem dos alunos surdos, conforme os enunciados abaixo:

O respeito e o oferecimento do atendimento educacional especializado para pessoa com surdez é *direito do aluno com surdez e como tal não deve ser questionado*, pois é a aceitação de sua diferença que assegurará a sua aprendizagem (ALVES, et. all., 2010, p. 22, grifos nossos).

[...] o modelo educacional brasileiro atual proposto pelo MEC [...] concebe a *educação como um direito de todos*. Nessa perspectiva, uma formação de professores que atenda a essa nova realidade se faz necessária (BRASIL, 2011, p. 11).

A questão da inclusão não está restrita ao campo da pedagogia, mas é atravessada, principalmente, pelo discurso do direito. Os excertos acima mostram o quanto os discursos da inclusão escolar se conectam aos discursos dos direitos humanos, formando uma rede discursiva produtiva de poderes e saberes que constituem subjetividades inclusivas. Estar na escola, na atualidade é um direito de todos, garantido por estratégias de governo,

¹⁰ Para a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), os alunos com deficiências – entre eles os surdos -, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são considerados o público alvo da educação especial e para a inclusão deles nas escolas comuns se destinam os programas citados acima, cabendo ao professor do AEE trabalhar com todos eles.

como cursos de formação docente que produzem os professores para atuarem na perspectiva da inclusão escolar.

Cada vez menos presenciamos argumentos contrários a inclusão de todos na escola, principalmente por parte de professores, que estão sendo contemplados por programas de formação. Os professores, por meio da formação, se tornam sujeitos desses discursos, devendo assumir o papel de garantir o direito que todos têm de fazer parte e aprender na escola regular. Por isso, o professor do AEE é o grande articulador de ações que garantam o direito de permanecer, participar e aprender, dos alunos surdos, na escola comum, conforme aparece nos materiais:

[...] o professor do AEE trabalha com os conteúdos curriculares que estão sendo estudado no ensino comum em Libras, articuladamente com o professor da sala de aula (ALVES, et. all., 2010, p. 12).

Práticas escolares inclusivas, como as que se configuram na atualidade, são específicas do nosso tempo. Em nenhum outro momento da escola moderna, o imperativo da inclusão escolar de todo e qualquer indivíduo teve tanta força como nos dias de hoje. Conforme Veiga-Neto (2008, p. 20-21):

Assim, assumida a inclusão como um imperativo natural – e, por isso, universal -, as mais diferentes cores e tendências políticas, sociais, econômicas e pedagógicas, parecendo ter descoberto agora, de uma hora para outra, que é preciso incluir, nos oferecem diferentes maneiras e métodos para efetivar universalmente este imperativo.

Percebemos nos materiais de cursos de formação de professores de AEE para surdos que analisamos, que esses são constituídos de orientações, sugestões metodológicas e formas de atuação dos professores que visam garantir a presença dos alunos surdos em turmas de ouvintes na escola comum. Uma dessas formas de ser professor de AEE na escola inclusiva se refere à necessidade que este professor deve ter de reconhecer no aluno surdo as suas possibilidades e limitações, para que possa construir seu planejamento de forma a atender às especificidades deste aluno, conforme o seguinte excerto:

A elaboração do plano de AEE inicia-se com o estudo das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos com surdez, bem como das possibilidades e das barreiras que tais alunos encontram no processo de escolarização (ALVES, et. all., 2010, p. 10).

Ao ser convocado a conhecer cada um, vemos operando uma tecnologia de governo pastoral, característica de instituições religiosas e que, a partir dos séculos XVI e XVII, passou a ser exercida no âmbito do Estado para conduzir as condutas da população, de forma calculada e refletida. O poder pastoral se manifesta pelo cuidado por todos e cada um, pelo zelo como o de um pastor por seu rebanho, portanto, um poder individualizante, e ao mesmo tempo totalizante, que conduz à salvação. No caso dos alunos surdos, podemos pensar a questão da salvação como uma forma de conduzir a si mesmos de forma autônoma. A promoção da autonomia é um dos princípios que norteiam a inclusão escolar: autonomia dentro da escola e fora dela. Cabe ao professor que conduz as ações dos alunos “alvo da educação especial¹¹” promover a autonomia destes alunos para governarem a si mesmos, esta pensada como salvação. De acordo com Foucault, na incorporação da condução das almas, próprias do pastorado, pelo exercício do poder do soberano, o problema pedagógico adquiriu certa intensidade, no sentido de

como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria – é esse problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão do problema das condutas do século XVI (FOUCAULT, 2008, p. 310).

Aproximando estas questões desenvolvidas por Foucault das formas de exercício de técnicas de governo na atualidade, em específico as que se referem à inclusão escolar, podemos pensar o professor de AEE como o pastor que conduz seus alunos com base no conhecimento que precisa ter de cada um deles para chegar à salvação, constituída por atitudes autônomas destes alunos, tanto na escola como fora dela.

¹¹ Ressaltamos que as discussões sobre a educação de surdos, nos discursos oficiais sobre a inclusão, estão inscritas no campo da educação especial

Pretende-se, portanto, dentro desta racionalidade inclusiva, gerenciar riscos: o risco da exclusão dos alunos surdos; da não aprendizagem em espaços formais de escolarização; de práticas pedagógicas não adequadas à política de inclusão escolar; bem como o risco do desperdício de recursos. Ao serem feitos investimentos, por meio de programas que se destinam a promover a inclusão de todos nos espaços das escolas comuns, as condutas de professores precisam ser conduzidas de forma que tais recursos sejam bem usados, ou usados de forma coerente com a política de inclusão. Isto fica evidente no seguinte excerto:

Esta realidade está criando a demanda pela formação urgente de profissionais para operacionalizar o funcionamento dessas salas, *evitando*, assim, o *desperdício de verba pública* bem como o *não atendimento adequado* às crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que necessitam deste atendimento para seu bom desempenho acadêmico nas escolas inclusivas brasileiras (BRASIL, 2011, p. 13 – grifos nossos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, a educação escolar das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, categorias consideradas o “público alvo da educação especial”, esteve sob a responsabilidade quase exclusiva deste campo do saber. A escola regular ou comum se destinava àqueles que se localizavam mais próximos à curva da normalidade, enquanto a educação daqueles que se distanciavam deste padrão de aluno ficava a cargo da educação especial. Algumas intersecções entre estes dois campos se fizeram presentes, seja em propostas de integração ou inclusão quando avaliados os benefícios, ou de ocupação do mesmo espaço, como no caso das classes especiais.

A educação especial e a escola comum vêm sofrendo um deslocamento em relação às suas formas de atuação: a primeira passa a integrar-se ao âmbito de atuação da segunda e vice-versa. Nos dias de hoje, pelos discursos oficiais, a educação especial é um serviço que perpassa todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, modificando formas de ser e de estar na escola. A educação especial, até então considerada apartada da escola comum, hoje deve fazer parte de seu projeto político-pedagógico, objetivando a participação e autonomia na escola - e fora dela - dos alunos com

deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A fim de dar conta destas modificações que a escola vem sofrendo a partir de uma política que prevê a inclusão de todos os alunos na escola comum, se faz necessário que professores sejam preparados, através de cursos de formação. Tais ações se constituem em uma ação governamental para colocar em funcionamento uma racionalidade de Estado inclusiva, em que todos devem participar e aprender nos mesmos espaços de ensino formal.

A partir das análises que fizemos da materialidade escolhida, percebemos investimentos de governo nos espaços de formação à distância, os quais conduzem as ações dos professores-alunos em um espaço de aprendizagem que se configura como novo. Pensamos que esses espaços, caracterizados por atingir um número bastante significativo de professores, são bastante produtivos para esta racionalidade, já que permite que os discursos oficiais sejam amplamente divulgados, quando numa formação de larga escala.

Estes professores, formados nesta lógica da inclusão, são produzidos como os grandes articuladores de ações nas escolas para que se consolide o direito de participação e aprendizagem de todos. Pelo reconhecimento e valorização das diferenças, se procura gerenciar riscos: o da exclusão de alunos surdos, de atitudes discriminatórias, o risco de desperdício de investimentos públicos, bem como o risco da não aprendizagem pelos alunos surdos, por conta de práticas não adequadas.

Para tanto é necessário que estes profissionais conheçam os alunos surdos, suas especificidades, necessidades e limitações, planejando ações que ofereçam um ensino significativo nesta escola de todos. Cabe a este professor o exercício de um poder pastoral, que zela por todos e por cada um, conduzindo-os à salvação, a qual podemos pensar como a autonomia destes alunos na escola e fora dela, tornando-os sujeitos produtivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Barbosa. FERREIRA, Josimário de Paula. DAMÁZIO, Mirlene Macedo. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez*. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. *Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos*. Texto disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, 2011.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 12 mar. 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Segurança, Território e População*: curso ministrado no Collège de France (1978 – 1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VEIGA-NETO. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. Neoliberalismo, Império e Políticas de Inclusão: problematizações iniciais. In: RECHIO, Cinara Franco; FORTES, Vanessa Gadelha. *A Educação e a Inclusão na Contemporaneidade*. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2008.